



**CÂMARA DE PROTEÇÃO À BIODIVERSIDADE
E DE ÁREAS PROTEGIDAS**
Ata da 18ª reunião, realizada em 21 de maio de 2018

1 Em 21 de maio de 2018, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Proteção à
2 Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB), na sede da Secretaria de Estado
3 de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo
4 Horizonte. Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o
5 presidente Henri Dubois Collet e o suplente Guilherme Augusto Duarte de Faria,
6 representantes da SEMAD. Representantes do poder público: Laura de Moraes
7 Andrade Coutinho, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico,
8 Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sedectes); Leonora Batista Campos, da
9 Secretaria de Estado de Educação (SEE); Newton de Carvalho Junior, da
10 Secretaria de Estado de Turismo (Setur); Isadora Martin Vianna, da Fundação
11 de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig); Junio Augusto dos Santos
12 Silva, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
13 Renováveis (Ibama); Juliana Gonçalves Ferreira, do Instituto Chico Mendes de
14 Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Representantes do setor produtivo:
15 Thiago Rodrigues Cavalcanti, da Federação das Indústrias do Estado de Minas
16 Gerais (Fiemg); Carlos Alberto Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e
17 Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Lauro Angelo Dias Amorim, do
18 Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindixtra).
19 Representantes da sociedade civil: Lígia Vial Vasconcelos, da Associação para
20 a Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá); Marcelo Ribeiro Pereira,
21 da Universidade Federal de Viçosa (UFV) – Campus de Rio Paranaíba; Gabriel
22 Moreira Junqueira, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea).
23 **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.**
24 Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente Henri
25 Dubois Collet declarou aberta a 18ª reunião da Câmara de Proteção à
26 Biodiversidade e de Áreas Protegidas. **3) COMUNICADOS DOS**
27 **CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Respondendo questionamento do
28 conselheiro representante do Ibama, o procurador Vicente Rezende Salgueiro
29 Junior informou que será entregue, nesta sessão, a nota jurídica solicitada pela
30 Câmara na reunião anterior acerca da aplicação de verba de compensação. **4)**
31 **EXAME DA ATA DA 17ª REUNIÃO. RETIRADA DE PAUTA.**
32 **APRESENTAÇÕES. 5) PLANEJAMENTO ANUAL ORÇAMENTÁRIO E**
33 **FINANCEIRO DO PROGRAMA BOLSA VERDE. Apresentação: Diretoria de**
34 **Conservação e Recuperação de Ecossistemas / Gerência de Planejamento**
35 **da Conservação de Ecossistemas.** Leonardo Diniz Reis Silva/IEF fez
36 apresentação à CPB do planejamento anual orçamentário e financeiro do

37 Programa Bolsa Verde, destacando que há perspectiva de retomada dos
38 pagamentos e manutenção das áreas monitoradas para verificação da eficácia
39 e da efetividade do programa. Debates. Conselheira Lígia Vial Vasconcelos:
40 “Obrigada pela apresentação. Eu acho que é muito válido o IEF trazer isso para
41 dentro da CPB. Afinal, a nossa função aqui é proteção da biodiversidade e não
42 só julgar as compensações. Eu só queria entender qual é o débito hoje que o
43 governo tem com o Bolsa Verde. Você falou que durante um tempo os
44 proprietários ficaram sem receber esse recurso, que foi contingenciado, e nós
45 até discutimos isso aqui antes. Hoje, tem previsão de liberação para quando
46 neste ano?” Leonardo Diniz Reis Silva/IEF: “O nosso débito atual é de R\$
47 47.294.000. Quanto o Estado ainda tem a pagar aos beneficiários que já foram,
48 efetivamente, confirmados. Esse é o valor atual e vai subir, para o próximo
49 semestre, para R\$ 58.400.000 porque vai vencer a quinta e última parcela do
50 edital de 2011. É o valor que o Estado tem que passar. Com relação a
51 liberação, é exatamente essa pergunta que fizemos à Secretaria de Estado de
52 Fazenda. No começo de fevereiro, foi enviado um ofício da direção geral, e
53 depois foi reiterado pela Superintendência de Administração e Finanças da
54 SEMAD pedindo não só a liberação do primeiro valor que passamos ali, R\$
55 21.074.000, como uma perspectiva de prazo. É uma angústia que acabamos
56 tendo também porque os beneficiários ligam o tempo todo e querem saber
57 quando irão pagar. Mesmo após essa solicitação e duas reiterações, ainda não
58 tivemos um posicionamento a respeito dessa data. O que nos compete é ir
59 reiterando, permanentemente, até obtermos uma resposta tanto com relação a
60 previsão de liberação do recurso como, efetivamente, do repasse da Fazenda
61 para a Sede do IEF e do IEF para as Unidades Regionais, para poderem fazer o
62 pagamento.” Conselheira Lígia Vial Vasconcelos: “Então, desses R\$ 58 milhões
63 que, em tese, devem ser passados para o Bolsa Verde, nós vamos receber,
64 neste ano, R\$ 21 milhões. É isso?” Leonardo Diniz Reis Silva/IEF: “Na verdade,
65 estamos pedindo R\$ 39 milhões. Os R\$ 21 milhões nós já pedimos em
66 fevereiro. No desenrolar de 2018, pretendemos pedir os outros R\$ 18 milhões
67 para pelo menos reduzir, significativamente, esse passivo. E a expectativa, no
68 próximo ano, com a liberação efetiva do recurso pela CEF, é de conseguir
69 concluir os compromissos com os beneficiários.” Conselheira Lígia Vial
70 Vasconcelos: “Quem faz o repasse é a Secretaria da Fazenda, mas quem faz o
71 planejamento é a Seplag. Não é isso?” Leonardo Diniz Reis Silva/IEF: “É, mas
72 nesse caso, nesse valor que estamos pedindo, de R\$ 39 milhões, são valores
73 empenhados em orçamentos anteriores. Então, para esse recurso, precisaria só
74 da liberação pela Secretaria de Fazenda. Precisaríamos da Seplag para novos
75 empenhos com relação ao montante restante, que chegaria até R\$ 58 milhões.
76 Mas hoje a tendência principal é a expectativa de liberação pela Fazenda.”
77 Conselheira Lígia Vial Vasconcelos: “Primeiro, deixar claro que sabemos do
78 empenho do IEF para conseguir esse recurso. Nós sabemos que esse atraso e
79 essa dificuldade são um problema de contingenciamento do governo. O IEF,

80 infelizmente, não tem como controlar essa situação. Mas só lembrar que o
81 Bolsa Verde é um programa instituído pelo governo, que deveria estar sendo
82 cumprido de acordo com a Lei de Orçamento, e mesmo assim tem um passivo,
83 e os proprietários ficam sem receber esse valor e preservando as áreas com um
84 compromisso do governo de que o recurso será repassado. Então, só deixar
85 essa manifestação pela tristeza mesmo de ver esse programa sendo sucateado
86 pelo próprio governo. É de uma importância muito grande, muitos estudos
87 mostram hoje que deixar as florestas e as áreas em pé às vezes traz mais
88 benefícios até financeiros para o governo do que a destruição dessas áreas,
89 pelo menos a longo prazo. Talvez possamos no âmbito desta Câmara fazer uma
90 moção à Secretaria de Fazenda para que pelo menos esse recurso que já foi
91 empenhado seja repassado ao IEF para distribuição aos proprietários. Então,
92 fica aqui a minha proposta.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Só
93 para concordar com a proposta da Lígia de fazermos uma moção ao governo.
94 Vamos bombardear o governo de moção para ver se sai alguma coisa. O
95 contingenciamento é uma coisa dolorosa, desastrosa para o meio ambiente,
96 ocorre em todas as áreas, contingenciando dinheiro das Agências de Bacia...
97 Enfim, é para concordar com a proposta de moção, muito oportuna.” **6)**
98 **PLANEJAMENTO SISTEMÁTICO DA CONSERVAÇÃO. REVISÃO DO**
99 **STATUS DO ATLAS DE ÁREAS PRIORITÁRIAS. Apresentação: Diretoria de**
100 **Proteção da Fauna.** Ana Maria Silva Lima/IEF fez apresentação à CPB sobre o
101 planejamento sistemático da conservação / revisão do status do atlas de áreas
102 prioritárias. **Debates.** Conselheira Lígia Vial Vasconcelos: “Obrigada pela
103 apresentação. Parabenizar o IEF por estar dando andamento a essa questão,
104 que é de fundamental importância. Lembrar que, desde 2010, é um
105 compromisso do governo do Estado, pelo menos, de melhorar a resolução para
106 aplicar, efetivamente, o atlas de conservação, e, no entanto, até hoje não
107 conseguiu finalizar um negócio que é extremamente importante para a
108 conservação. Hoje, nós vamos discutir um plano de manejo, estamos discutindo
109 empreendimentos que são direcionados pelo próprio Estado de Minas Gerais,
110 empreendimentos com grande impacto ambiental para as áreas consideradas
111 como de extrema importância para conservação da biodiversidade,
112 empreendimentos que impactam diretamente na recarga hídrica, em
113 mananciais. Eu acho que, quando esse programa ficar pronto, é muito
114 importante a participação das outras secretarias, porque sempre falamos que
115 falta no Estado uma política mesmo de meio ambiente, não só da Secretaria,
116 mas envolvendo as outras. Porque uma coisa é dizer que o atlas é importante
117 para conservar tal área, e as outras secretarias determinarem que o
118 crescimento, por exemplo, do vetor urbano, vai ser todo para aquela área ali. Do
119 que adianta o mapa de conservação de biodiversidade se as políticas públicas
120 não andam em conjunto dentro do Estado? Então, eu acho que melhorar esse
121 atlas é o primeiro passo. Eu fui pega de surpresa, na verdade, eu nem sabia
122 que estava em andamento. Eu vou até pedir, se possível, que possam

123 disponibilizar sua apresentação e anterior também, do Bolsa Verde, para os
124 conselheiros. Só para eu entender, quem está fazendo essa revisão é o IEF, em
125 conjunto com a Biodiversitas. É isso?” Ana Maria Silva Lima/IEF: “O IEF fez o
126 termo de referência, e a empresa que venceu a licitação foi um consórcio
127 formado pela WWF, a Biodiversitas e a Fundep. O acompanhamento vai ser
128 feito por meio do comitê executivo, que é formado por representantes de todas
129 as casas do Sisema. Vai substituir o mapeamento, o produto final vai ser
130 disponibilizado na IDE, Infraestrutura de Dados Espaciais do Sisema. Vai
131 substituir o produto que temos hoje da Biodiversitas como o critério locacional
132 para fins de enquadramento dos empreendimentos no licenciamento e
133 direcionamento das condicionantes.” Conselheira Lígia Vial Vasconcelos: “Eu
134 acho que, para um processo desse, é fundamental a participação da academia.
135 Eu já tenho falado isso dentro do COPAM há mais tempo, que o Estado anda
136 muito paralelo à academia, não usa as pesquisas, não traz a academia para
137 dentro do licenciamento. Tem muito disso, de as publicações ficarem lá, e nós
138 decidindo áreas que já foram extremamente estudadas, e nem fazemos ideia de
139 que existem publicações e estudos sobre determinada região. Então, eu acho
140 que envolver a academia nisso, trazer os estudos que já existem, de
141 pesquisadores renomados, às vezes, trabalhos de 20, de 30 anos sobre
142 determinada área, isso é fundamental para conseguir um trabalho baseado em
143 critérios técnicos, que eu acho que é o mais importante para esse atlas. Mas de
144 qualquer forma parabenizar e pedir para disponibilizar, por favor, a
145 apresentação.” **DELIBERAÇÕES. 7) PLANO DE MANEJO DO MONUMENTO**
146 **NATURAL SERRA DA MOEDA. Apresentação: Gerente do Monumento**
147 **Natural da Serra da Moeda.** Plano de manejo aprovado por maioria, com as
148 alterações aprovadas pelo Grupo de Trabalho e alteração relativa à zona de
149 amortecimento, conforme votações detalhadas a seguir. 1) Proposta
150 apresentada pelo IEF - Que se mantenha a zona de amortecimento do
151 Monumento Natural Estadual Serra da Moeda como proposta no plano de
152 manejo. Proposta rejeitada por unanimidade. A Presidência registrou o
153 impedimento declarado pelo conselheiro representante da UFV e os votos
154 contrários das seguintes instituições: Sedectes, Crea, Ibama, Faemg, Angá,
155 SES, Fapemig, Setur, Fiemg, Sindiextra e ICMBio. Declarações de voto.
156 Conselheira Laura de Moraes Andrade Coutinho: “Eu votei contrário em
157 decorrência da unanimidade já proposta e pelos argumentos que foram
158 apresentados, previamente, pelos técnicos, durante a apresentação.”
159 Conselheiro Gabriel Moreira Junqueira: “Obviamente, pela mesma condição. E
160 eu comecei a ter algumas reflexões aqui, principalmente, no que se refere à
161 segurança jurídica e no entendimento não conflitante. Eu sei que o Estado,
162 necessariamente, não cumpre 100% o seu papel, e na criação das UCs acaba
163 se criando esse tipo de conflito. Se o município tem o direito constitucional de
164 ter suas áreas prioritárias como áreas urbanas, o Estado deveria ter uma
165 tratativa melhor na hora da criação das unidades de conservação. Então,

166 basicamente, por conta disso.” Conselheiro Junio Augusto dos Santos Silva: “O
167 meu voto é, essencialmente, não pelos mesmos motivos dos outros, mas
168 porque eu entendo que, na verdade, a ampliação é a melhor maneira com que
169 se pode trabalhar isso. Eu entendo que, da maneira como está, existe atuação
170 conflitante e vai continuar existindo, porque qualquer empreendimento, em
171 algum momento, desde que seja passível de definição da classe, vai ser
172 perguntado ao monumento. Vai ter o Conselho, vão ter discussões, e eu acho
173 que isso é inerente ao processo democrático. Eu acho que a questão que se
174 levanta é essa. Eu passo ali, diariamente, muitas vezes, fazendo as vistorias
175 pelo meu órgão, e estou sentindo que, na verdade, o município está entendendo
176 que vai conseguir ter mais flexibilidade em realizar. Qual é a perspectiva de
177 desenvolvimento hoje no Estado de Minas Gerais e, principalmente,
178 considerando o município, sem ser a mineração? Fazer mais condomínios? Não
179 sei, sinceramente, porque estamos vendo isso aí. Eu acho que a situação é
180 muito mais complexa, e vamos ver o que dá.” Conselheiro Carlos Alberto Santos
181 Oliveira: “O meu voto é contrário porque eu prestei muita atenção em todas as
182 falas contra ou a favor, especialmente, dos representantes da prefeitura, e
183 agora incorporando também a manifestação do Crea.” Conselheira Lígia Vial
184 Vasconcelos: “O meu voto é contrário porque eu fiz uma segunda proposta de
185 votação, que é a ampliação da zona de amortecimento para o lado direito da
186 BR-040.” Conselheira Leonora Batista Campos: “O meu voto foi contrário
187 porque eu dei uma lida em todo o projeto, em tudo que se colocou para nós
188 analisarmos, analisei tudo que foi falado, inclusive, pelas autoridades, de que já
189 fizeram estudos. Eu acredito também que a maioria aqui estava favorável. Aliás,
190 voto contrário. É por isso que o meu voto foi também contrário.” Conselheira
191 Isadora Martin Vianna: “O meu voto foi contrário devido a argumentos que foram
192 apresentados aqui e por acreditar que tem outra proposta melhor.” Conselheiro
193 Newton de Carvalho Junior: “O meu voto foi contrário depois de ouvir os
194 argumentos de todos. E tem outra proposta melhor. Eu acho que vou votar a
195 favor da ampliação.” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Eu voto
196 contrário em função da proposta feita por Fiemg e Sindiextra da retirada da área
197 urbana, da zona urbana, em função de todas as argumentações colocadas.”
198 Conselheiro Lauro Angelo Dias Amorim: “O meu voto contrário é em razão do
199 parecer apresentado, que propõe a redução da área, e as informações
200 prestadas aqui na Câmara.” Conselheira Juliana Gonçalves Ferreira: “Eu voto
201 contrário devido à apresentação da nova proposta de ampliação.” 2) Proposta
202 apresentada pela Fiemg e o Sindiextra - Que da zona de amortecimento do
203 Monumento Natural Estadual da Serra Moeda proposta pelo plano de manejo
204 seja excluída a área urbana do município de Itabirito, conforme o plano diretor
205 aprovado em 2005. Aprovada por maioria. A Presidência registrou o
206 impedimento declarado pelo conselheiro representante da UFV e os votos
207 favoráveis das seguintes instituições: Sedectes, Crea, Faemg, SES, Fiemg e
208 Sindiextra. Registrados ainda os votos contrários das seguintes representações:

209 Ibama, Angá, Fapemig, Setur, ICMBio. Declarações de voto. Conselheira
210 Juliana Gonçalves Ferreira: “Eu voto contrário porque eu entendo que a zona de
211 amortecimento não inviabiliza o plano diretor do município de Itabirito.”
212 Conselheiro Newton de Carvalho Junior: “Pelos mesmos motivos.” Conselheira
213 Isadora Martin Vianna: “Voto contrário pelos mesmos motivos.” Conselheira
214 Lígia Vial Vasconcelos: “Eu vou justificar, mas acho que a justificativa do voto
215 contrário é sempre contrário à proposta técnica do órgão ambiental, e essa
216 proposta não é do órgão ambiental. Essa proposta é da Fiemg, então, eu não
217 preciso justificar meu voto contrário. Mas eu voto contrário por entender que
218 essa área que está sendo excluída é fundamental para a importância, inclusive,
219 para garantia de água para todos nós.” Conselheiro Junio Augusto dos Santos
220 Silva: “Pelos mesmos motivos.” Justificativa de impedimento. Conselheiro
221 Marcelo Ribeiro Pereira: “A justificativa do impedimento é por ter parente de
222 primeiro grau na prefeitura.” 3) Proposta apresentada pela Angá - Que a zona
223 de amortecimento do Monumento Natural Estadual Serra da Moeda proposta no
224 plano de manejo seja ampliada à margem direita da BR-040 até o trevo com a
225 BR-356. Proposta não colocada em votação, sendo considerada prejudicada em
226 virtude da aprovação da proposta apresentada pela Fiemg e o Sindiextra. 8)
227 **PLANO DE MANEJO DA ÁREA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DAS ÁGUAS**
228 **VERTENTES. Apresentação: Gerente da APA das Águas Vertentes.** Plano
229 de manejo retirado de pauta com pedido de vista da Fiemg e vista conjunta
230 solicitada pela Faemg e o Ibama. Justificativas. Conselheiro Thiago Rodrigues
231 Cavalcanti: “Para avaliar as restrições propostas a empreendimentos inseridos
232 na região da APA, o plano de manejo como um todo e os conflitos que podem
233 existir no local.” Conselheiro Junio Augusto dos Santos Silva: “Os mesmos
234 motivos.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Nós estamos tendo
235 oportunidade aqui na CPB de iniciar uma discussão que nunca foi feita, a
236 respeito da conveniência ambiental, social, política e econômica de criação de
237 unidades de conservação. Eu estou pedindo vista por esse motivo e pelos
238 motivos apresentados pelo Thiago. E hoje teve aqui uma referência a um ponto
239 muito importante, que tem sido falado, que eu gostaria de me aprofundar um
240 pouco, que é o seguinte. Minas Gerais tem menos de 2% de unidades de
241 conservação de proteção integral, mas nós temos um tanto de outras áreas de
242 proteção também, que são as áreas de preservação permanente, as áreas de
243 reserva legal, de um modo geral, que modificam um pouco esse balanço de
244 dizer que nós estamos carentes de áreas de proteção. Então, só para conversar
245 e discutir a respeito disso.” 9) **PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA**
246 **EXAME DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL CONFORME POA 2018. 9.1) Egon**
247 **Otto Rehn e Outros (Fazenda Panambi e Porteirinha/Morrinhos). Culturas**
248 **anuais e permanentes. Buritis/MG. PA 01892/2004/001/2004. Classe III-B.**
249 **Apresentação: GCA/IEF.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade
250 nos termos do Parecer Único, com abstenção do Ibama. A Presidência registrou
251 votos favoráveis das seguintes representações: Sedectes, Crea, Faemg, Angá,

252 SES, Fapemig, UFV, Setur, Fiemg, ICMBio e Sindiextra. **9.2) Joaquim de**
253 **Moura Santiago Neto e Outros (Fazenda Vovó Vera, Fazenda Granja**
254 **Santiago e Fazenda São Miguel). Barragem de irrigação ou de perenização**
255 **para agricultura, beneficiamento primário de produtos agrícolas (limpeza,**
256 **lavagem, secagem, descascamento ou classificação), criação de ovinos,**
257 **caprinos, bovinos de corte e búfalos de corte (extensivo), cultura de cana-**
258 **de-açúcar, culturas anuais, excluindo a olericultura. Paracatu/MG. PA**
259 **15368/2007/003/2013. Classe 5. Apresentação: GCA/IEF. Compensação**
260 **ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único, com**
261 **abstenção do Ibama. A Presidência registrou votos favoráveis das seguintes**
262 **representações: Sedectes, Crea, Faemg, Angá, SES, Fapemig, UFV, Setur,**
263 **Fiemg, ICMBio e Sindiextra. 9.3) Real Distribuidora de Carnes Ltda.**
264 **(Frigorífico Real Ltda). Abate de animais de médio e grande portes**
265 **(bovinos), processamento de subprodutos de origem animal para**
266 **produção de sebo, óleos e farinha, abate de animais de médio e grande**
267 **portes (suínos). Uberlândia/MG. PA 38611/2013/001/2015. Classe 5.**
268 **Apresentação: GCA/IEF. Compensação ambiental aprovada por unanimidade**
269 **nos termos do Parecer Único, com abstenção do Ibama. A Presidência registrou**
270 **votos favoráveis das seguintes representações: Sedectes, Crea, Faemg, Angá,**
271 **SES, Fapemig, UFV, Setur, Fiemg, ICMBio e Sindiextra. 9.4) SAFM Mineração**
272 **Ltda. Lavra a céu aberto com tratamento a úmido. Minério de ferro.**
273 **Itabirito/MG. PA 18804/2009/004/2013, DNPM 831.929/1984. Classe 6.**
274 **Apresentação: GCA/IEF. Compensação ambiental aprovada por unanimidade**
275 **nos termos do Parecer Único, com abstenção do Ibama. A Presidência registrou**
276 **votos favoráveis das seguintes representações: Sedectes, Crea, Faemg, Angá,**
277 **SES, Fapemig, UFV, Setur, Fiemg, ICMBio e Sindiextra. 9.5) Fazendas**
278 **Reunidas Antônio Balbino Ltda. Criação de ovinos, caprinos, bovinos de**
279 **corte e búfalos de corte (extensivo). João Pinheiro/MG. PA**
280 **90289/2004/005/2013. Classe 4. Apresentação: GCA/IEF. Compensação**
281 **ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único, com**
282 **abstenção do Ibama. A Presidência registrou votos favoráveis das seguintes**
283 **representações: Sedectes, Crea, Faemg, Angá, SES, Fapemig, UFV, Setur,**
284 **Fiemg, ICMBio e Sindiextra. Registradas pelo IEF as seguintes observações no**
285 **Parecer Único: – Na página 22, onde está escrito “janeiro de 2017”, lê-se**
286 **“janeiro de 2018”; – O empreendimento tem reserva legal acima dos 20% por**
287 **lei. Como não obteve informação sobre o estado de conservação, o IEF**
288 **manteve a cobrança original, e não foi feito o abatimento. 9.6) Mineração**
289 **Garoca Ltda. Lavra a céu aberto ou subterrânea em áreas cársticas com ou**
290 **sem tratamento. Pains/MG. PA 00014/2002/003/2010, DNPM 830.752/1982.**
291 **Classe 3. Apresentação: GCA/IEF. Compensação ambiental aprovada por**
292 **unanimidade nos termos do Parecer Único, com abstenção do Ibama. A**
293 **Presidência registrou votos favoráveis das seguintes representações: Sedectes,**

294 Crea, Faemg, Angá, SES, Fapemig, UFV, Setur, Fiemg, ICMBio e Sindiextra.
295 **9.7) Companhia Brasileira de Alumínio. Extração de minérios de metais**
296 **não ferrosos. Mirai/MG. PA 00309/1996/159/2001, DNPM 830.553/1980.**
297 **Classe III-A. Apresentação: GCA/IEF.** Compensação ambiental aprovada por
298 unanimidade nos termos do Parecer Único, com abstenção do Ibama. A
299 Presidência registrou votos favoráveis das seguintes representações: Sedectes,
300 Crea, Faemg, Angá, SES, Fapemig, UFV, Setur, Fiemg, ICMBio e Sindiextra.
301 **9.8) Agropecuária Serra Azul de Jaíba S/A. Cultura de cana-de-açúcar com**
302 **queima. Jaíba/MG. PA 04234/2007/001/2007. Classe 5. Apresentação:**
303 **GCA/IEF.** Processo retirado de pauta com pedido de vista da Angá e vista
304 conjunta solicitada pela Fiemg e a Faemg. Justificativas. Conselheira Lúcia Vial
305 Vasconcelos: “O pedido de vista se refere a esclarecimento da questão da
306 expressão ‘de Mata Atlântica’, da compensação e do licenciamento do
307 empreendimento, porque eu entendo que, se há vício de legalidade dentro do
308 processo de licenciamento, não poderíamos votar a compensação ambiental
309 antes que isso fosse sanado. E eu gostaria de esclarecer isso antes e analisar
310 melhor o parecer do IEF.” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Para
311 avaliar as questões levantadas pelo empreendedor sobre atualização dos
312 valores e o motivo da nulidade colocada naquela época, para ver se tem alguma
313 fundamentação.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Vista conjunta.”
314 **10) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE COMPENSAÇÃO**
315 **AMBIENTAL DECORRENTES DO CORTE E/OU SUPRESSÃO DE**
316 **VEGETAÇÃO NATIVA PERTENCENTE AO BIOMA MATA ATLÂNTICA. 10.1)**
317 **CSL Empreendimentos Imobiliários Ltda. Construção de residência**
318 **unifamiliar. Bairro Conde. Nova Lima/MG. Sem AAF. PA 09010000567/15.**
319 **Apresentação: Escritório Regional Centro-Sul/IEF.** Compensação ambiental
320 aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único, com abstenções de
321 Angá, Crea, Ibama e ICMBio. A Presidência registrou votos favoráveis das
322 seguintes representações: Sedectes, Faemg, SES, Fapemig, UFV, Setur, Fiemg
323 e Sindiextra. Declarações de abstenções: Conselheiro Gabriel Moreira
324 Junqueira: “A minha abstenção é exatamente em relação a isso, eu não quero
325 ser contrário a 100% de um processo que já está acontecendo, e não foi
326 observada pelo Estado a falta de atribuição profissional. Se eu fosse um pouco
327 mais duro, eu voltaria totalmente contra o processo, mas só deixo ao Sisema a
328 observação de que tem que se colocar cada profissional responsável pelo seu
329 trabalho determinado.” Conselheira Lúcia Vial Vasconcelos: “Eu vou me abster,
330 como faço nos outros processos de supressão de lote isolado, pelas diversas
331 dúvidas técnicas de origem que permeiam esse tipo de compensação.” **10.2)**
332 **SPE Boa Vista II Energia S/A. Barragens de geração de energia**
333 **hidrelétrica. Varginha/MG. PA 00006/2003/005/2016. Classe 3.**
334 **Apresentação: Escritório Regional Sul de Minas/IEF.** Compensação
335 ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único, com

336 abstenção do Ibama. A Presidência registrou votos favoráveis das seguintes
337 representações: Sedectes, Crea, Faemg, Angá, SES, Fapemig, UFV, Setur,
338 Fiemg, Sindiextra e ICMBio. **10.3) Anglogold Ashanti Córrego do Sítio**
339 **Mineração S/A. Lavra a céu aberto sem tratamento ou com tratamento a**
340 **seco. Minerais metálicos, unidade de tratamento de minerais UTM, pilhas**
341 **de rejeito/estéril; estradas para transporte de minério/estéril, pilhas de**
342 **rejeito/estéril, lavra a céu aberto sem tratamento ou com tratamento a**
343 **seco. Minerais metálicos. Pilhas de rejeito/estéril. Santa Barbara/MG.**
344 **Apresentação: Escritório Regional Centro-Sul/IEF. Ampliação da Cava**
345 **Rosalino. PA 00111/1988/024/2012, DNPM 930.181/2008; Cava João Burro.**
346 **PA 00111/1988/025/2012, DNPM 833.472/2003; Ampliação da pilha de**
347 **rejeitos Córrego do Sítio I. PA 00111/1988/023/2012, DNPM 830.767/1981;**
348 **Estrada Córrego do Sítio I. PA 09030002531/10; Estrada Córrego do Sítio II.**
349 **PA 09030002766/10; pesquisa mineral Sangue de Boi. PA 09030003050/10;**
350 **pesquisa mineral Barra Feliz. PA 09030003052/10.** Processo retirado de
351 pauta com pedido de vista da Angá e vista conjunta solicitada pela Fiemg.
352 Justificativas. Conselheira Lígia Vial Vasconcelos: “Nós queremos analisar
353 melhor essa área proposta para compensação e para recuperação e fazer uma
354 análise mais profunda.” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “A
355 justificativa é avaliar os pontos levantados pela Lígia.” **10.4) Juarez Junqueira**
356 **de Rezende Filho e Outros. Loteamento do solo urbano para fins de**
357 **exclusiva ou predominantemente residenciais. Uberlândia/MG. PA**
358 **06833/2016/001/2016. Classe 3. Apresentação: Escritório Regional**
359 **Triângulo/IEF.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos
360 do Parecer Único, com abstenções do Ibama e da Angá. A Presidência registrou
361 votos favoráveis das seguintes representações: Sedectes, Crea, Faemg, SES,
362 Fapemig, UFV, Setur, Fiemg, Sindiextra e ICMBio. **11) PROCESSO**
363 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE REVISÃO. 11.1) Concessionária**
364 **Nascentes das Gerais (MG-050). Pavimentação e/ou melhoria de rodovias.**
365 **Itaúna/MG. PA 12082/2005/004/2016. Classe 3. Alteração de prazo conforme**
366 **cronograma (regularização fundiária). Apresentação: Escritório Regional**
367 **Centro-Oeste/IEF.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos
368 termos do Parecer Único, com abstenção do Ibama. A Presidência registrou
369 votos favoráveis das seguintes representações: Sedectes, Crea, Faemg, SES,
370 Fapemig, UFV, Setur, Fiemg, Sindiextra e ICMBio. A representante da Angá
371 registrou que estava se retirando da reunião antes da votação deste processo.
372 **12) ENCERRAMENTO. Moção aprovada pela CPB.** A Câmara aprovou, por
373 unanimidade, moção com o seguinte teor, apresentada pela Angá: “Moção CPB
374 002/2018. Os conselheiros da Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas
375 Protegidas (CPB) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), em
376 sua 18ª reunião, ordinária, realizada em 21 de maio de 2018, às 9h, no
377 município de Belo Horizonte, Minas Gerais, com fulcro no artigo 19 do Decreto

378 46.953, de 19 de fevereiro de 2016, e no artigo 5º, inciso IV da Deliberação
379 Normativa COPAM nº 177, de 22 de agosto de 2012, aprovaram moção com o
380 seguinte teor: ‘Que sejam repassados ao Instituto Estadual de Florestas (IEF)
381 os recursos oriundos do Fhidro referentes ao programa do governo denominado
382 Bolsa Verde. Ressalta-se que o programa citado é de fundamental importância
383 para a conservação da biodiversidade do Estado de Minas Gerais, e os
384 recursos solicitados já foram empenhados para esse fim. É fundamental
385 destacar ainda que as propriedades que serão beneficiadas com os recursos já
386 foram inteiramente vistoriadas pelo IEF, estando aptas a recebê-los de imediato.
387 Por fim, é importante lembrar que, como já dito, o Bolsa Verde é um programa
388 criado pelo governo gerando, inclusive, expectativa de recebimento dos
389 recursos pelos proprietários que conservaram suas áreas de acordo com as
390 normas do programa. Belo Horizonte, 21 de maio de 2018.” A Presidência
391 registrou votos favoráveis das seguintes representações: Sedectes, Crea,
392 Ibama, Faemg, Angá, SES, Fapemig, UFV, Setur, Fiemg, Sindixtra e ICMBio.
393 **Integração das secretarias.** Conselheira Lígia Vial Vasconcelos: “Senhor
394 presidente, antes de finalizar a reunião, aproveitar a presença ainda dos
395 conselheiros, principalmente, das outras secretarias, só para fazer uma
396 observação que meu ocorreu. Na votação do plano de manejo Serra da Moeda,
397 o que eu falo de política de meio ambiente integrada do governo. As secretarias
398 do governo votaram contra a própria proposta de uma secretaria do governo.
399 Então, não tem nenhuma integração. Nós temos aqui representantes de várias
400 secretarias que votaram de acordo com a proposta da Fiemg e deixaram de
401 votar na proposta técnica feita pelo órgão ambiental que, em tese, os
402 representa, levando em consideração que eles também são órgão
403 governamental. Ou seja, nós não temos qualquer integração entre as próprias
404 secretarias do governo para discutir política pública de meio ambiente. Então,
405 eu gostaria que isso constasse em ata, inclusive, para futuras atitudes que
406 entendermos que possamos tomar decisões em relação a essa decisão. E eu
407 gostaria que constasse em ata que todas as secretarias votaram contra a
408 proposta da própria Secretaria de Meio Ambiente.” Não havendo outros
409 assuntos a serem tratados, o presidente Henri Dubois Collet declarou encerrada
410 a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

415 **Henri Dubois Collet**
416 **Presidente da CPB**